

ENVOLVIMENTO E ORALIDADE EM EDITORIAIS DA IMPRENSA PAULISTANA DE BAIRRO

SEGUNDO¹, Paulo Roberto Gonçalves

RESUMO: Este trabalho visa a analisar o papel das marcas de envolvimento, em especial as concernentes à oralidade, na instauração de relações interpessoais entre escritor e leitor em editoriais persuasivo-exortativos da imprensa de bairro paulistana.

Nesse sentido, toma-se envolvimento em duas acepções, desenvolvidas nas pesquisas sobre Oralidade no âmbito dos Estudos de Língua Falada e Análise da Conversação: 1. como recursos de polidez positiva que instauram cumplicidade e intimidade entre os atores sociais (HOYE, 1997); e 2. como índices de oralidade concepcional (OESTERREICHER, 1996). Trata-se de componentes que estão, devido ao seu caráter relacional, ligados ao Significado Acional da linguagem — segundo o modelo de Análise Crítica do Discurso proposto por Fairclough (2003) — e, portanto, vinculados à estrutura genérica.

Assim, busca-se descrever e analisar o papel que tais marcas assumem no que concerne ao estreitamento do vínculo interpessoal entre escritor e leitor e sua participação nos estágios de argumentação, de modo a garantir a autoridade do escritor/ enunciador e sua cumplicidade com o leitor, contribuindo para o desenvolvimento do processo de convencimento e/ou persuasão.

Desse modo, pôde-se perceber que as marcas de envolvimento ligadas à oralidade, tais como a primeira pessoa do plural inclusiva, o uso de dêiticos, do par perguntas e respostas, do registro informal e afetivo, dentre outras, constituem-se como elementos que ajudam na captação do leitor pela sua inclusão na representação discursiva do editorialista ou pelo engendramento de uma ação discursiva mais próxima desta instância, de forma a facilitar o encaminhamento do processo persuasivo.

PALAVRAS-CHAVE: envolvimento; oralidade; persuasão; editoriais; imprensa de bairro.

Introdução

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o papel das marcas de envolvimento no estreitamento do vínculo interpessoal entre escritor e leitor no âmbito dos editoriais veiculados na imprensa paulistana de bairro e seu efeito tanto no desenvolvimento do

¹ USP, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Endereço: Rua Barão do Bananal, 886 – Pompéia. CEP: 05024-000, São Paulo, São Paulo, Brasil, paulosegundo@usp.br. Pesquisa financiada pela FAPESP.

processo de convencimento e/ou persuasão inerente aos textos, quanto na instauração da autoridade do editorialista.

Para tal, serão analisados dois editoriais do jornal *Nosso Jornal*, datados de julho e setembro de 1984, e de um texto do *SP Norte*, publicado em julho de 2007, procurando mostrar de que modo os recursos de oralidade concepcional e de polidez positiva colaboram na tessitura retórica dos textos.

1. O gênero editorial na imprensa paulistana de bairro

Segundo Sant'Anna (2008), o jornalismo atual apresenta uma tendência à desmassificação dos meios, de modo que a ênfase no consumo de informações passa cada vez mais do maciço e global para o individualizado e local. Nesse sentido, a imprensa especializada e regional vem assumindo, paulatinamente, um papel de maior relevância no mercado jornalístico como um todo.

Por conseguinte, tais jornais procuram apresentar-se de forma diferenciada em relação à grande imprensa, abordando temas de caráter cotidiano e locais, além de sessões que expõem as reivindicações dos moradores e os eventos significativos da região, sem deixar de expor também os fatos sóciopolíticos relevantes do momento, o que revela uma preocupação do periódico em posicionar-se frente à realidade brasileira para a comunidade à que se dirige.

Assim, diferente do que ocorre em jornais de grande porte, os editoriais da imprensa paulistana de bairro não apresentam, necessariamente, uma relação metadiscursiva com outros textos apresentados no jornal, nem atualizam, de modo categórico, a norma culta como forma de autoridade ou temas exclusivamente sociopolíticos, apesar de estes ocorrerem também em alta quantidade.

Situados numa esfera de circulação diferenciada, tendo, portanto, um público-alvo e contextos de produção díspares, torna-se necessária a atualização de recursos genéricos, temáticos e estilísticos específicos, distintos de jornais, como *A Folha de S. Paulo* e *o Estado de S. Paulo*, no que se refere à captação do público e à instauração/manutenção da autoridade do editorialista. Dentre tais recursos, destacam-se as marcas de envolvimento, que, através do estreitamento do vínculo interpessoal entre a instância produtora e leitora, colaboram intensamente para o processo de convencimento e/ou persuasão inerente aos textos analisados.

2. O envolvimento e o vínculo interpessoal

O envolvimento é analisado, neste artigo, a partir de suas marcas textuais, que funcionam como: 1. recursos de polidez positiva que instauram cumplicidade e intimidade entre os atores sociais (HOYE, 1997); e 2. como índices de oralidade concepcional (OESTERREICHER, 1996).

Assim, a noção abrange, por um lado, os recursos lingüísticos que enfatizam a proximidade entre falante/ouvinte e escritor/leitor, de modo a diminuir ou eliminar a sensação de poder ou distância social que se instaura entre os participantes da interação, o que está relacionado à preservação da *face positiva* (BROWN & LEVINSON, 1978), e, por outro lado, a atualização de elementos lingüísticos associados à oralidade, sob um ponto de visto concepcional.

Oesterreicher (1996) propõe as noções de *meio* e *concepção* no que se refere às modalidades da fala e da escrita. Nessa perspectiva, entende *meio* como o modo pelo qual o discurso é realizado (fônico x gráfico) e *concepção* como a maneira pela qual a enunciação

é concebida (*continuum* entre proximidade e distância comunicativas, associados, em princípio, à oralidade e à escrituralidade, respectivamente).

Por conseguinte, o envolvimento pode ser visto como um fenômeno que aponta para a proximidade física, para a interação face a face e para a relação pessoal, características prototípicas da oralidade. No entanto, não se trata da oralidade medial propriamente dita, mas da concepcional, tendo em vista que tais características podem ser encontradas facilmente em algumas interações de escrita medial, tais como bilhetes, SMS, *chats*, estando relativamente ausentes em interações de meio oral, mas concepção escrita, como palestras, comunicações em conferências, etc.

Além disso, Fraga (2001, p. 98) sustenta que as marcas textuais de envolvimento “são determinadas pelos gêneros em que o texto se realiza e pelo contexto sociocultural que vai imprimir características nesses gêneros”. Tal visão coaduna-se à proposta da Análise Crítica do Discurso, conforme Fairclough (2007), na medida em que essas marcas integram a função relacional da linguagem, que, por sua vez, está inscrita no Significado Acional da produção discursiva, sendo este justamente o elemento responsável pela instanciação de modos de (inter)agir, ou seja, gêneros.

Constituem-se em marcas de envolvimento, portanto, os seguintes recursos²: 1) o uso da primeira pessoa do plural que engloba falante/escritor, ouvinte/leitor e/ou humanidade; 2) uso da primeira pessoa do singular, que explicita diretamente a responsabilidade modal pela representação veiculada; 3) a remissão direta ao ouvinte/leitor, no texto, por meio de pronomes pessoais ou formas verbais de segunda pessoa; 4) o uso de imperativos, que remetem diretamente ao universo de ação pessoal do ouvinte/leitor; 5) uso de elementos dêiticos, na medida em que levam o ouvinte/leitor a localizar a situação

² Não se pretende, neste trabalho, apresentar uma lista exaustiva dos recursos associados ao envolvimento.

enunciada no seu presente histórico (mesmo que seja para referir-se ao passado ou ao futuro); 6) a linguagem afetiva — com diminutivos, sentenças anacolúlicas, uso de reticências —, estabelecendo cumplicidade com o ouvinte/leitor; 7) as narrativas pessoais, que, além de integrarem esse mesmo processo de cumplicidade, estabelecem, diante do ouvinte/leitor, autoridade por testemunho ou experiência; 8) a linguagem coloquial e/ou oralizada, que aproxima o texto produzido da oralidade concepcional; 9) construção de enunciados que criam pressupostos comuns entre os participantes do evento discursivo, de modo a se instituir a ilusão discursiva de que ambos partilham do mesmo universo de crenças, opiniões, apreciações e valores.

3. Análise do corpus

No intuito de mostrar a relação entre o envolvimento e a persuasão nos editoriais da imprensa de bairro, expor-se-á, abaixo, um editorial publicado em julho de 1984³, no *Nosso Jornal*, que circulava na Zona Leste da cidade de São Paulo, com tiragem média de 10.000 exemplares:

Somos os primeiros e contamos com você

Há muito tempo que a *nossa* região necessita de um jornal, de uma imprensa popular que se posicione politicamente diante dos fatos que *nos* cerca e influem em *nossas* vidas, muitas vezes direcionando-as para lá e para cá. A periferia de São Paulo em toda a sua existência, sempre foi esquecida pelos poderes públicos, pelos políticos que só aqui vêm em épocas de eleições e inaugurações de obras.

Os *nossos* pedidos são engavetados e quando saem das gavetas seguem uma burocracia interminável. Quando *vamos* falar com fulano de tal, tem que marcar uma audiência um mês antes, quando *vamos* falar então *tomamos* um chá de cadeira, isso quando não *somos* recebidos pela polícia. Do governo Federal então nem se fala, os BNHs, os INAMPS, a Polícia Federal que anda prendendo trabalhador e estudantes, com esses não há diálogo.

Estamos aqui, não só para tentar cobrir essa lacuna de *irmos* aos poderes públicos, mas também para *podermos* discutir as questões que dizem respeito a juventude que talvez sinta no espírito uma dor maior por não ter o que fazer. A cultura aonde está? *Somos* massacrados dia e noite pela televisão com os enlatados. Teatros? ah! ah! Aonde andam as “casas de cultura”. Não tem nada não, senhores responsáveis pela cultura, mesmo sem vocês *continuamos* produzindo nos fundos dos quintais. Escolas, vagas, cadê? mas mesmo que existissem *temos* que trabalhar desde os 10, 12 anos para ajudar a família. É assim vai a nossa juventude, sabe

³ Itálicos e grifos nossos. O trecho foi reproduzido tal qual consta no jornal. Nesse sentido, as eventuais transgressões em relação à norma culta ou mesmo falhas de digitação não se encontram seguidas de [sic].

Deus para onde. E aquela família que paga aluguel, aquela outra do cortiço outra então da favela, só impostos para pagar, água, luz e tantas outras coisas. *Teríamos* tanto assunto pra abordar, fica pro próximo número. O **Nosso Jornal** está aqui não para resolver, *somos* filhos da mesma situação, *queremos* gritar. Vai resolver? Não sabemos, mas o grito não fica na garganta.

Note-se que, diferente do que se verifica na grande mídia, o uso da linguagem coloquial e a atualização de elementos da oralidade concepcional são marcantes nesse texto, dentre os quais destacam-se o uso da primeira do plural e do par adjacente perguntas e respostas (P-R).

A primeira do plural é utilizada de modo recorrente nos editoriais da imprensa de bairro tanto de modo exclusivo — em que o leitor é excluído do grupo de referência — quanto de modo inclusivo — em que leitor e escritor são construídos como pertencentes ao mesmo grupo. Note-se como, neste texto, o editorialista utiliza a primeira do plural inclusiva (em itálico), procurando estreitar o seu vínculo interpessoal com leitor, de modo a causar uma identificação entre eles, construindo como coletivas as necessidades e as experiências relatadas.

O segundo parágrafo explicita o processo claramente. Ao enunciar [...] *Quando vamos falar com fulano de tal, tem que marcar uma audiência um mês antes, quando vamos falar então tomamos um chá de cadeira, isso quando não somos recebidos pela polícia [...]*, percebe-se a tentativa de generalizar a experiência aludida ao conjunto de leitores do jornal. Note-se também a utilização da linguagem informal presente na seleção lexical — *fulano de tal, chá de cadeira* — e uma estruturação sentencial que remete à modalidade falada, perceptível na repetição do enunciado temporal — *Quando vamos falar [...], isso quando [...]* —, na ausência de desinência número-pessoal na forma de modalidade deôntica *tem que* e na estrutura de *afterthought*, ao final do enunciado, de teor parentético — *isso quando não somos recebidos pela polícia.*

O trecho seguinte apresenta ainda uma estrutura tópico-comentário, na qual está incluído o marcador conversacional de relevo informativo *então* — *Do governo Federal então nem se fala*. Veja-se que ambos os trechos buscam, no engedramento de recursos da oralidade concepcional, estabelecer a autoridade da voz autoral diante do leitor, de modo que este a reconheça como fonte de conhecimento e de experiência, o que facilita o processo de persuasão e/ou convencimento pretendidos. Assim, ao enunciar *nem se fala*, o editorialista parte do pressuposto de que seu público-alvo compartilha da mesma visão de mundo — a de que o governo federal é a pior instância no que se refere a diálogo —, de modo que não há preocupação em se utilizar recursos lingüísticos que deixem transparecer vozes discordantes ou outras possibilidades de construção sócio-discursiva da realidade. Nesse sentido, pode-se postular que a voz da periferia — modo pelo qual o editorialista busca ser identificado — assume um teor extremamente incisivo e pouco aberto à diferença no texto em questão.

No último parágrafo, a atualização de elementos da oralidade concepcional torna-se ainda mais profunda pela estruturação em perguntas e respostas (trecho sublinhado). As perguntas, que poderiam ser tomadas como retóricas, das quais se esperassem respostas negativas — devido ao co-texto, que apresenta a periferia como *sempre esquecida pelos poderes públicos* —, são, na verdade, respondidas através de severas críticas ao governo, revelando carências no setor cultural e educacional na região. Observe-se o trecho:

[...] *A cultura aonde está? Somos massacrados dia e noite pela televisão com os enlatados. Teatros? ah! ah! Aonde andam as “casas de cultura”. Não tem nada não, senhores responsáveis pela cultura, mesmo sem vocês continuamos produzindo nos fundos dos quintais. Escolas, vagas, cadê? mas mesmo que existissem temos que trabalhar desde os 10, 12 anos para ajudar a família [...]*

Note-se que o editorialista inclui, ainda, recursos gráficos que remetem à oralidade, como o *ah! ah!*, denotador de riso, e que expressa, no caso, ironia. A construção com dupla

negação — *Não tem nada não* —, a simulação de um contexto de diálogo, que toma os *senhores responsáveis pela cultura* como interlocutores do editorialista (como fica nítido pelo pronome *vocês*) e o uso do interrogativo coloquial *cadê* aproximam ainda mais as instâncias produtora e leitora, de modo a estabelecer entre eles um vínculo de solidariedade e proximidade que só podem ser atingidos facilmente no âmbito da oralidade concepcional.

Assim, o escritor procura criar, no trecho, através do envolvimento e da argumentação que se pauta no pressuposto de concordância do leitor — o que é, por si, um recurso de envolvimento de polidez positiva — a autoridade necessária para gritar, para ser o jornal de que a região necessita, tentando convencer o leitor não-resistente a tal construção da realidade acerca do papel do periódico, que não *se* propõe a resolver os problemas da região, e sim, *não deixar o grito preso na garganta*, o que não compromete o editorialista em termos de responsabilidade interpessoal em relação ao leitor, no que se refere à sua oferta.

Observe-se abaixo um outro editorial, também extraído do *Nosso Jornal* (setembro de 1984):

E agora Brasil?

Pois é, em meios tanta veiculação de índices ilusionários pela televisão brasileira; onde a inflação desce a níveis nunca dantes vistos, em velocidade vertiginosa, onde o crescimento industrial é retomado, e a disponibilidade da oferta de empregos cresce em número maior do que os nossos olhos e ouvidos podem acreditar, o sub-emprego continua sendo a razão da subexistência de milhões de brasileiros, que passam fome, que não tem sequer onde morar e ainda são privados do direito de trabalhar.

Nesse mesmo clima, nossos atletas olímpicos embarcam para mais um fiasco olímpico, não voltando como o dito popular “pagões”, apenas a conquista da medalha de ouro de Joaquim Cruz.

Com tudo isso ainda, ficamos com mais um grito atravessado em nossas gargantas, o grito de “Diretas-já”, que habilmente foi manipulado pelos políticos de nossa terra em “Tancredo já”, acrescida do homem que mais lutou pelo veto da emenda Dante de Oliveira, o Senador José Sarney.

E não é só, em Brasília, como não poderia deixar de ser, convenções exuberantes marcaram o tradicional mês dos acontecimentos políticos brasileiros, na escolha dos nomes daqueles que representarão seus partidos na sucessão presidencial. Houve de tudo um pouco em Brasília, Malufetes, Andreazetes, banquetes para centenas de talheres, tudo exibido ao vivo e em cores pelo nosso sistema de televisão, ao nosso cada vez mais mísero e pobre povo como no livro de George Orwell ‘Revolução dos Bichos’; resta mais trabalho e menos comida.

E agora, Brasil?

E agora nossa região?

Com toda essa mudança de Diretas-já para colégio eleitoral, a nossa região continua a reboque das decisões centrais dos partidos, quer dizer os Diretorios Políticos (PMDB, PT, PTB, PDS, PDT) continuam não fazendo nada, apenas com raras excessões do Partido dos Trabalhadores.

Aliás, não é de hoje que os diretórios estão imobilistas. Nas questões que interessam à população, são poucos os que se mexem, o resto só quer sair candidatos em 86.

Sendo assim, nós do **Nosso Jornal** tomamos a iniciativa de convidar dois candidatos Tancredo Neves e Paulo Maluf para um debate no estádio do Corinthians. O tema: Diretas-já. Aguardem respostas.

Trata-se de um editorial, dividido em duas partes, que apresenta, inclusive, um subtítulo, fato bastante incomum no que se refere ao gênero, mesmo na imprensa de bairro. Na primeira parte, tematiza-se a situação sociopolítica do Brasil como um todo, focalizando as Diretas-Já, e, na segunda, mostra-se a situação da região e o convite realizado pelo jornal para um debate entre os dois presidenciáveis de então — Paulo Maluf e Tancredo Neves.

O título do texto já remonta, por si, à oralidade, através de uma pergunta que atualiza o dêitico temporal *agora* e que está relacionado, intertextualmente, ao poema de Carlos Drummond de Andrade, com o célebre verso, “E agora, José?”. Veja-se que tal formulação possui um teor de acuamento, tanto na associação com o célebre poema, quanto no seu semantismo, visto ser uma pergunta tipicamente oral utilizada na interrogação de alguém a respeito de uma situação cuja solução não é facilmente encontrada.

O início do primeiro parágrafo atualiza um elemento de oralidade que dialoga explicitamente com o título — *Pois é* —, apresentando um teor de desesperança em relação à pergunta enunciada, para a qual o autor apresentará uma justificativa baseada na dissociação entre o que se veicula na televisão sobre a realidade brasileira e o que se verifica empiricamente, de modo a se rejeitar a primeira como autoridade de informação para o leitor, tendo em vista o valor de julgamento *ilusionários*, cuja referência são os índices veiculados pela televisão brasileira.

Veja-se que o envolvimento, no trecho, manifesta-se pela contigüidade de avaliações opostas entre o que a televisão e a realidade deixam entrever. Note-se que a voz autoral coloca em descrédito as informações da TV através de seleções lexicais hiperbólicas — *níveis nunca dantes vistos, em velocidade vertiginosa, n úmero maior do que os nossos olhos e ouvidos podem acreditar* — e, no que se refere aos dados sobre a realidade, utiliza operadores argumentativos que instauram pressupostos que intensificam o abandono da população — *o sub-emprego continua sendo a razão da subexistência de milhões de brasileiros* [pressupõe-se que o sub-emprego sempre fora a razão], *que passam fome, que não tem sequer onde morar* [pressupõe-se que o direito de morar seja o mínimo a que a população tenha direito] e *ainda são privados do direito de trabalhar* [pressupõe-se que não deveria haver mais privações].

A linguagem coloquial aparece no segundo parágrafo com referência aos atletas olímpicos, estendendo para o domínio do esporte a situação negativa em que o país está mergulhado, de modo a ampliar o quadro de avaliações negativas necessário para o desenvolvimento da argumentação posterior, visto que tal valoração é tomada como premissa para a realização da pergunta-título.

Após todo esse quadro contextualizador, o editorialista abarca o tema principal — as Diretas-Já. Note-se que, à semelhança do texto anterior, o escritor utiliza a primeira pessoa do plural de forma inclusiva, estendendo aos leitores a experiência de ficar com o grito preso na garganta, o que, em termos de senso comum, denota indignação, um valor de *afeto*, segundo Martin & White (2005).

Apresentar valores explícitos ou implícitos de afeto — como este último —, coletivizados pela primeira do plural em um texto, constitui-se em estratégia de alto investimento modal, tendo em vista que o campo afetivo concerne apenas ao indivíduo em

sua reação afetiva a algum acontecimento vivido ou testemunhado. Nesse sentido, o editorialista, utilizando a modalidade categórica, inscreve, com efeito monologal, a indignação como coletiva, partindo do pressuposto de que seus leitores compartilham de tal valoração, o que, em caso de não haver uma leitura de resistência, configura-se como um elemento de grande capacidade de envolvimento e, conseqüentemente, atualiza-se como um recurso-chave para convencer o leitor acerca de uma dada realidade. Contudo, se uma leitura de resistência viesse a ocorrer, haveria conseqüências negativas significativas para a solidariedade escritor/leitor, o que afetaria o envolvimento entre essas instâncias e, assim, a autoridade do editorialista.

Note-se que o autor finaliza a primeira parte, retomando o título, de modo a referendar a posição negativista engendrada inicialmente, tornando-a ainda mais intensa após a argumentação desenvolvida. A repetição da pergunta funciona como elemento de ligação para o segundo subtítulo, em que se move do global para o regional. Veja-se que, semelhante ao que ocorre na primeira parte, o editorialista constrói a região, discursivamente, como abandonada — *a reboque, os Diretórios Políticos [...] continuam não fazendo nada* —, utilizando-se tanto de uma seleção lexical coloquial quanto de uma dupla negação, tipicamente orais — no que tange à concepção —, e que intensificam, por envolvimento, o teor da crítica.

Por fim, no último parágrafo, o jornal apresenta, por meio da primeira pessoa do plural exclusiva, o convite aos dois então candidatos à presidência para um debate, mostrando, assim, seu papel participativo na região. Observe-se que o enunciado final, apesar de apresentar voz imperativa, não denota comando autoritário, na medida em que o semantismo do verbo *aguardar* propõe posição passiva, e não, ativa, da parte dos atores sociais, além de promover, com isso, um diálogo direto em relação à pluralidade dos

leitores do jornal, assumindo, via um alto investimento modal, a obrigatoriedade de dar aos leitores uma resposta — positiva ou negativa — acerca da realização do debate

Por fim, expor-se-á um texto do *SP Norte*, jornal veiculado na Zona Norte de São Paulo, com tiragem aproximada de 45.000 exemplares, veiculado em julho de 2007:

É melhor ir de ônibus

Você pensa que com você não vai acontecer, mas acontece. Quem precisou viajar de avião nos últimos meses, já deve ter passado por diversos dissabores e pensado, muitas vezes, quando não há um oceano no meio do caminho, que é melhor ir de ônibus ou outro veículo, mais confiáveis atualmente, tanto em questão de segurança quanto de pontualidade.

Há tantos responsáveis engolfados em culpar-se reciprocamente que muitas vezes os prejudicados já nem sabem a quem reclamar.

Os “efeitos colaterais” que, mesmo não viajando, afetam outro grupo de pessoas, foram aqueles sofridos pelos moradores próximos aos aeroportos que tiveram, antes que uma liminar proibisse, de agüentar os transtornos causados por pousos e decolagem entre 23:00h e 6:00h. Além do barulho, a poluição prejudicou mais ainda a qualidade de vida dessas pessoas.

E tem gente que fala que o lado positivo é o incentivo para o turismo interno, enquanto viaja para outros países.

Para quem precisar mesmo viajar de avião deve procurar se inteirar de seus direitos, como consumidor e como cidadão. Quanto mais informação, mais possibilidade de defesa e respeito pelos nossos direitos.

E, devido a não termos lideranças reais que nos auxiliem, pois as mesmas estão brigando apenas por interesses partidários, sobre quem fica e quem sai, é melhor, por enquanto, nos arranjarmos sozinhos, utilizando de todos os recursos disponíveis. Já não é tão importante sabermos de quem é a culpa, e sim, que existe culpa, apesar de todos se acharem inocentes. Existem erros antigos, erros atuais, desrespeito e não há pessoas capazes de resolver. Há sim, pessoas falantes e falastronas que defendem um país com provérbios em vez de ações e que acreditam nas próprias bravatas.

Mas, precisando viajar de avião, nestas férias, saiba que passageiros podem pedir indenização por danos morais e materiais. Consulte o site do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) – www.idec.org.br para saber mais sobre seus direitos.

Primeiramente, deve-se observar que o editorial tematiza o sistema aéreo brasileiro, apresentando julgamentos negativos em relação a este e exortando o leitor a se informar acerca de seus direitos. Nesse sentido, a exortação pode ser vista como a atualização lingüística de recursos que incitem o leitor a agir, sendo o modo explícito pelo qual a persuasão se manifesta. Conforme já afirmado, o envolvimento é um dos componentes estratégicos de maior importância para o desenvolvimento do processo persuasivo e, portanto, constitui-se em um recurso estreitamente vinculado às diferentes formas de exortação.

O primeiro parágrafo do texto já apresenta um recurso típico da oralidade concepcional — o uso do dêitico pessoal *você* — no enunciado: *Você pensa que com você não vai acontecer, mas acontece*. Note-se a voz autoral insere o leitor na realidade textual, num recurso dramático, em que se cria um mundo possível no qual o pensamento do leitor e os acontecimentos de tal mundo não coincidem.

Na seqüência, justifica tal posicionamento através de um julgamento negativo acerca das viagens de avião de então, que, na visão do editorialista, estão menos seguras e pontuais que as realizadas por meio de ônibus ou outros veículos. Veja-se que, diferente do texto anterior, o escritor deste editorial não coletiviza categoricamente as avaliações realizadas. Observe-se o trecho — *Quem precisou viajar de avião nos últimos meses, já deve ter passado por diversos dissabores e pensado, muitas vezes, quando não há um oceano no meio do caminho, que é melhor ir de ônibus ou outro veículo [...]*. Note-se que o editorialista utiliza a modalidade epistêmica (probabilidade) e a de frequência médias, permitindo a atualização de vozes discordantes, ou seja, de atores sociais que teriam, supostamente, passado por tais situações, mas que não necessariamente tiveram as mesmas reações ou chegaram às mesmas conclusões.

Nesse sentido, a modalidade funciona, de modo geral, como um elemento de distanciamento, que reduz o envolvimento com o grupo de leitores não-resistentes ou ideais, ou seja, que aceitariam tal visão de mundo, mas, concomitantemente, poupa o escritor de um investimento modal alto que poderia levar a uma forte leitura de resistência em relação a suas avaliações, o que prejudicaria o desenvolvimento do processo persuasivo. Veja-se, portanto, que, muitas vezes, o distanciamento também é estratégico, como forma de não colocar em risco a autoridade do enunciador. Assim, pode-se postular que nem

sempre o envolvimento se configura como a melhor estratégia para se estabelecer o vínculo necessário com o leitor para fins de convencimento e/ou persuasão.

Veja-se, no entanto, como no quarto parágrafo, as estratégias de envolvimento voltam a serem engendradas, através de uma estrutura de atribuição de voz de teor indeterminado, tipicamente utilizada na oralidade, de forma estratégica, para não se marcar a origem do dito ou quando esta é desconhecida — *E tem gente que fala que o lado positivo é o incentivo para o turismo interno, enquanto viaja para outros países* —, além de, claro, do uso coloquial do verbo *ter* como existencial.

Note-se que, novamente, a estratégia de dissociação entre o discurso e a realidade é utilizada. Tal estratégia demonstra-se envolvente por marcar ironia, pela quebra de expectativa, o que envolve o leitor na visão de mundo e, conseqüente, crítica do autor. Tudo isso, acentuado pelo elemento de oralidade.

A primeira pessoa do plural inclusiva passa a ocorrer a partir do quinto parágrafo, em que se inicia a etapa de sugestões e soluções aventadas pelo enunciador no que se refere ao tema do texto, que só será concluída no último parágrafo. Dentre esses, destaca-se o penúltimo como o cerne da crítica do autor:

E, devido a não termos lideranças reais que nos auxiliem, pois as mesmas estão brigando apenas por interesses partidários, sobre quem fica e quem sai, é melhor, por enquanto, nos arranjarmos sozinhos, utilizando de todos os recursos disponíveis. Já não é tão importante sabermos de quem é a culpa, e sim, que existe culpa, apesar de todos se acharem inocentes. Existem erros antigos, erros atuais, desrespeito e não há pessoas capazes de resolver. Há sim, pessoas falantes e falastronas que defendem um país com provérbios em vez de ações e que acreditam nas próprias bravatas.

Note-se como o editorialista, pela forma inclusiva, generaliza suas concepções de modo categórico, diferente do que faz no início do texto, tendo em vista que este se constitui como o momento crítico propriamente dito, em que se procura, explicitamente, o convencimento para a posterior exortação no parágrafo seguinte. Nesse caso, estratégias de

distanciamento poderiam levar a uma atenuação da adesão do leitor às idéias do enunciador, de modo a comprometer o processo argumentativo como um todo.

A voz autoral avalia, no trecho, que é melhor para a população ‘arranjar-se sozinha’, utilizando uma forma verbal tipicamente coloquial, que apresenta a primeira pessoa inclusiva. Veja-se que este julgamento de propriedade/capacidade (*melhor*) é justificado pela ausência de lideranças reais, que são avaliadas como *falantes* e *falastronas* ao final do parágrafo.

Por fim, o último parágrafo apresenta um diálogo explícito com o leitor através de formas imperativas — *saiba que [...], Consulte o site [...]* —, de modo a, primeiramente, informar o leitor sobre tais recursos e, posteriormente, incitá-lo a tomar as atitudes necessárias para arranjar-se sozinho, já que se está em um país carente de lideranças capazes de corrigir erros, tal como estabelece a voz autoral.

Assim, a remissão direta ao leitor funciona como um elemento que exponencializa o efeito da sugestão e da informação, envolvendo-o, já que o aproxima mais da oralidade concepcional e dos seus efeitos discursivos, de forma a intensificar a exortação realizada.

Considerações finais

Neste trabalho, procurou-se mostrar em que medida os elementos concernentes ao envolvimento colaboram no processo de convencimento e/ou persuasão inerentes a muitos editoriais da imprensa de bairro paulistana. Concebido como a atualização de elementos de polidez positiva e de oralidade concepcional, o envolvimento funciona como um meio de conseguir a adesão do leitor às representações do enunciador, devido a um estreitamento do vínculo interpessoal entre as instâncias leitora e produtora.

Nesse sentido, tais marcas, por se relacionarem ao elo interpessoal entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte, inserem-se, na perspectiva de Fairclough (2007), no Significado Acional e, portanto, no âmbito do gênero. Desse modo, analisar e descrever os padrões de envolvimento presentes nos editoriais da imprensa de bairro pode revelar de que forma esse tipo de imprensa prevê seus leitores ideais e resistentes e de que maneira ele procura envolvê-los no processo persuasivo, instaurando autoridade, e permitindo uma descrição mais acurada do que seria esse gênero na esfera de bairro, tendo em vista suas diversas temáticas e estilos.

Assim, este trabalho procura destacar a importância dos estudos relacionados à função interpessoal (HALLIDAY, 2004) e às relações entre oralidade e escrituralidade, no que se refere às mídias menores de modo geral, tendo em vista as recentes transformações no âmbito do jornalismo e do consumo de informações, que se move cada vez mais do global para o regional, fato que os estudos discursivos não podem negligenciar.

Referências bibliográficas

BROWN, P. & LEVINSON, S. C. *Politeness: Some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

E AGORA, BRASIL? Nosso Jornal. São Paulo, nº 3, setembro de 1984.

É MELHOR ir de ônibus. SP Norte. São Paulo, nº 267, ano VI, 13 a 19 de julho de 2007.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2007.

FRAGA, R. M. do N. *Cartas de leitores em jornais do século XIX: marcas de envolvimento*. Dissertação de Mestrado: UFPE/PE, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. 3ª ed. London: Hodder Arnold, 2004.

HOYE, L. *Adverbs and Modalities in English*. London and New York: Longman, 1997.

MARTIN, J. R. & WHITE, R. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

OESTERREICHER, W. Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. In: KOTSCHI, T.; OESTERREICHER, W. e ZIMMERANN, K. (eds.) *El español hablado y la cultura oral en España y Hispanoamérica*. Madrid: Vervuert, pp. 317-340, 1996.

SANT'ANNA, Lourival. *O destino do jornal: a Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de S. Paulo na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOMOS OS PRIMEIROS e contamos com você. *Nosso Jornal*, São Paulo, nº 1, julho de 1984.